



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2014.0000698044

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0033944-26.2010.8.26.0007, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado LARISSA BORGES DE SOUZA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante EXPRESSO ITAMARATI S/A.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Apelação da autora improvida e recurso da ré parcialmente provido. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA (Presidente) e PEDRO BACCARAT.

São Paulo, 30 de outubro de 2014.

Arantes Theodoro

RELATOR

Assinatura Eletrônica



APELAÇÃO 0033944-26.2010.8.26.0007
APTES/APDOS Larissa Borges de Souza e Expresso Itamarati S.A.
COMARCA São Paulo – 2ª VC do FR de Itaquera

VOTO Nº 25.448

EMENTA — Acidente automobilístico. Ação indenizatória. Indenização por danos morais. Inconformismo das partes com o valor fixado. Montante que efetivamente comporta redução. Juros moratórios que devem mesmo observar a taxa prevista no artigo 161, § 1º, do CTN. Apelação da autora improvida e recurso da ré parcialmente provido.

Sentença cujo relatório se adota julgou parcialmente procedente ação de indenização por danos materiais e morais consequentes a acidente de trânsito.

Ambas as partes recorrem.

A autora pede a majoração do valor da indenização por dano moral e a condenação da ré nas verbas de sucumbência.

Para tanto ela afirma que o montante fixado para a indenização ficou muito aquém do devido em face das lesões sofridas e da capacidade econômica da apelada, sendo insuficiente para desestimular novas práticas como a perpetrada pela recorrida.



Ao lado disso a apelante enfatiza que decaiu em parte mínima, não havendo que se falar, por isso, em sucumbência recíproca.

A ré, de seu lado, por recurso adesivo pede seja afastada a indenização pelos danos morais ou reduzido o seu valor, assim como contados os juros de mora pela taxa Selic, sem cumulação com correção monetária.

Assim, ela sustenta que a autora não sofreu danos morais e que, de todo modo, a indenização foi arbitrada em valor exagerado.

A recorrente afirma, ainda, que havia de ser aplicada a taxa Selic, afastando-se, destarte, a incidência da correção monetária, eis que essa atualização já se compreende naquele índice segundo o entendimento jurisprudencial.

Recursos regularmente processados e respondidos.

É o relatório.

Na contestação a ré reconheceu o direito da autora ao recebimento de indenização por danos morais, apenas impugnou o valor pleiteado a tal título.

Logo, não pode ela agora inovar a defesa, isto é, pleitear o afastamento daquela verba ao argumento de que inexistiram danos daquela espécie.



Do tema, por isso, não se conhece.

Como se vê na sentença, a Juíza concedeu a aludida indenização pelo fato de a autora ter sofrido lesões corporais em consequência do acidente, conquanto não tivessem restado sequelas ou incapacidade para o trabalho segundo apurou a perícia.

Pois então forçoso é reconhecer que à vista daquele quadro o montante arbitrado se afigurou excessivo, eis que o valor indicado pela julgadora é usualmente reservado para casos de dimensão mais grave, isto é, de profunda ofensa a algum dos direitos da personalidade.

À vista da natureza das lesões - que não geraram repercussão duradoura conforme constatou o perito judicial (fls. 176/178) - assim como da condição das partes e dos propósitos da teoria do desestímulo, reputa-se razoável reduzir a indenização a um terço do valor fixado na sentença.

Não se pode abonar, contudo, a tese da ré de que havia de ser aplicada a taxa Selic, afastando-se, destarte, a incidência da correção monetária.

Com efeito, esta Câmara tem entendimento firmado no sentido do descabimento da aplicação da taxa Selic, eis que o artigo 406 do Código Civil manda adotar os juros previstos no Código Tributário Nacional.

Ora, o art. 161, § 1º, do referido diploma anuncia que os juros de mora são mensais e à taxa de 1%.

A Selic, portanto, não se aplica a casos tais, tendo a sentenciante com razão mandado contar juros de mora à taxa legal.



E justamente por isso cumulativamente aos juros era devida a correção monetária, agora em face da previsão da Lei 6.899/81 e do Decreto 86.649/81, verba cujo propósito é meramente recompor o capital.

Quanto ao ponto residual a sentença não comporta reparo.

O fato é que a autora saiu integralmente vencida quanto à indenização reclamada a título de descumprimento do contrato de transporte, não se podendo dizer mínimo esse decaimento.

Com razão, destarte, a julgadora considerou caracterizada a situação indicada no “caput” do artigo 21 do CPC e deixou de condenar a ré ao pagamento de custas e honorários.

Em suma, a sentença é modificada apenas quanto ao valor da indenização por dano moral.

Nega-se provimento à apelação da autora e para os fins indicados dá-se parcial provimento ao recurso da ré.

(assinado digitalmente)

ARANTES THEODORO

Relator